



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Foi proposital

A bancada do agronegócio foi a primeira a pedir que o governo explicasse por que homenagear o Dia do Agricultor com a imagem de um caçador com um rifle com mira telescópica. Recebeu como resposta extraoficial uma mensagem de que “fazia parte de um contexto”.

Veja bem

Os deputados e senadores consideraram a imagem um “erro crasso” e pediram que o governo retirasse do ar, porque isso só reforçaria o lado negativo do campo, e não a produção. A avaliação do setor é a de que a agricultura precisa se aproximar da sociedade como um todo, e acabar com os conflitos. Por isso, a imagem foi retirada. Porém, o estrago já estava feito.

Outro nível

A imagem que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) divulgou para marcar o 28 de julho mostra agricultores trabalhando com crianças, outros usando máscaras de proteção, mulheres sorrindo e a inscrição “produtores de alimentos”. Melhor assim.

Micou

Sabe aquela história de fusão de partidos discutida entre PSL, DEM e PP? Pois é, já era. O DEM não quer abrir mão da liberdade de administrar seu partido. Já o PSL, detentor de um fundo partidário de fazer inveja a muitos, também não dividirá os valores com os “sócios”. Logo, fica tudo como está.

O que vem por aí

Depois da baixa adesão à greve dos caminhoneiros pelo país, circulou pelo WhatsApp uma convocação do ex-deputado Sérgio Reis para mobilização em Brasília, num acampamento de três dias, às vésperas do Sete de Setembro: “Queremos dar um jeito de mobilizar este país e salvar o nosso povo. Estaremos lá, num movimento, artistas e grandes empresários do Brasil que não aceitam mais a situação do nosso país. O convite está feito”.

Tem limite e lei



A foto divulgada, ontem, pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República como parte das comemorações do Dia do Agricultor, promete trazer dores de cabeça ao presidente Jair Bolsonaro. Parte dos congressistas planeja, inclusive, recorrer à Procuradoria-Geral da República (PGR), acusando o governo de instigar conflitos agrários, ao usar uma imagem de uma arma com mira telescópica. O estrago está feito, ainda que o governo tenha retirado a imagem do ar.

» » »

A PGR, consultada por alguns, respondeu que “não antecipa posicionamentos ou manifestações”. Se acionada, terá que se posicionar a respeito e juristas que analisaram consideram que um processo é viável, até para evitar que as incitações aos conflitos prevaleçam.

CURTIDAS

A linguagem de Ramos/ O presidente Jair Bolsonaro não estava brincando quando disse que o então ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, desconhecia o linguajar dos políticos. Circula pelo Congresso a história de que o ministro, sempre muito brincalhão e bem-humorado, atendeu assim a ligação de um integrante da cúpula do Parlamento: “Para emendas, disque um, para cargos, disque dois; para outros pedidos, disque três. Fala, meu amigo!” A excelência, em vez de levar na brincadeira, ficou possessa.



Sergio Lima/AF - 12/5/21

De judeu para judeu/ Ex-ministro da Justiça, Milton Seligman foi ao Twitter mandar a seguinte mensagem ao ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten (foto). “Presta atenção @fabiowoficial e explica para sua gente que meta de nazista que milita em partido neonazista é tão nazista quanto os que o recebem com pompa e circunstância”.

Não está sozinho/ Seligman não fala apenas por si. A avenida Faria Lima, que hoje concentra grandes fortunas, pensa da mesma forma.

Easy rider/ O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, tem mais em comum com Jair Bolsonaro do que o “somos Centrão”. Ciro é dono de uma concessionária da Honda no Piauí.

Artigo retirado travou vacinas

Ministério da Economia recomendou a supressão de trecho que daria segurança jurídica para a compra dos imunizantes Pfizer e Janssen

» SARAH TEÓFILO

O Ministério da Economia recomendou que o governo retirasse da Medida Provisória 1.026 um artigo que daria segurança jurídica para a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen, como mostra um e-mail datado de 23 de dezembro do ano passado. Documentos enviados à CPI da Covid, e obtidos pelo **Correio**, mostram que uma minuta elaborada pelo governo federal para a MP previa, em certo trecho, que a União fosse autorizada a assumir riscos pa-

ra efeitos adversos provocados pelos fármacos.

“Fica a União autorizada a assumir riscos referentes à responsabilidade civil, nos termos do instrumento de aquisição ou fornecimento de vacinas contra a covid-19 celebrado pelo Poder Executivo Federal, sobre eventuais efeitos adversos decorrentes das vacinas contra a covid-19, desde que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) tenha concedido o registro ou autorizado o uso emergencial e temporário”, dizia o trecho. A reticência do Executivo em aceitar as cláusulas dos contratos — por

considerá-las leoninas — atrasou a assinatura dos contratos.

O artigo ainda previa que a União poderia “constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos”. O comentário contrário da Economia grifava todo o texto e orientava sua “supressão total”. “Este artigo ensejará judicialização geral. Todos que, porventura, sofrerem efeito reverso da vacina acionarão o Estado (até febre) e, por consequência, o servidor que



responde em regresso. Regra temerária”, diz.

Os apontamentos são feitos por Elise Sueli Pereira Gonçalves, secretária-adjunta de Gestão do ministério, que, em outro arquivo, reforça a retirada de trecho: “Sugiro, com empenho, suprimir”. No e-mail com a minuta em anexo, voltou a ressaltar que o artigo “é problemático por si” e que a União “em qualquer de suas ações, tem responsabilidade civil”, independentemente de autorização legal. A questão da Pfizer e da Janssen só foi solucionada em março,

pela Lei 14.125, proposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O Ministério da Economia já havia sido citado pelo ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, em depoimento à CPI, quando afirmou que um impasse gerado na pasta de Paulo Guedes travou a MP. O ex-ministro Eduardo Pazuello também disse que havia sido proposta uma medida provisória, em dezembro, para permitir a compra da Pfizer e da Janssen, mas faltou consenso.

Após requisição da CPI, a Economia enviou resposta, no final

de junho, assinada pelo secretário-executivo adjunto Miguel Ragone, dizendo que não foi coautor do documento que gerou a MP e que não encontrou no sistema documentação referente ao processo. Mas, na última terça-feira, remeteu novos documentos, justificando que descobriu-se uma manifestação, encaminhada por e-mail à Casa Civil na qual constam os comentários sobre a minuta. Ragone frisa que, apesar de ter partido da Economia, a manifestação não é orientação oficial da pasta e que se tratou apenas de colaboração para a MP.

DIA DO AGRICULTOR

Secom comemora data com homem armado

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência divulgou, ontem, nas redes sociais, uma propaganda para homenagear o Dia do Agricultor. Mas em vez de tratores, colheitadeiras, plantações e trabalhadores do campo, colocou na mensagem no Twitter que parabenizava os agricultores a imagem de um homem armado com um rifle. O “card”, porém, foi retirado da rede social horas depois, diante da péssima repercussão.

“Hoje homenageamos os agricultores brasileiros, trabalhadores que não pararam durante a crise da covid-19 e garantiram a comida na mesa de milhões de pessoas no Brasil e ao redor do mundo”, escreveu a Secom sobre a foto da silhueta do homem com o rifle.

O texto da Comunicação do Planalto também ressaltava que o presidente Jair Bolsonaro “entendeu a posse de arma do proprietário rural a toda a sua propriedade”, em referência a uma lei sancionada em setembro de 2019. A mudança na regra permite carregar tais artefatos por toda



Na ponta daquele rifle retratado na postagem estão os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e os pequenos produtores que lutam dia a dia pela sua sobrevivência enquanto o agronegócio avança em cima de suas terras, com agrotóxicos e espingardas”

Rodrigo Afonso, diretor-executivo da ONG Ação da Cidadania

a propriedade, e não apenas na sede do imóvel rural, como era previsto antes da nova legislação.

A propaganda da Secom provocou reação imediata nas redes sociais. Os termos “agricultor”, “jagunço” e “Secom” ficaram entre os assuntos mais comentados do Twitter. O governador do Rio Grande do Sul e presidenteável, Eduardo Leite, escreveu: “Será essa a melhor ferramenta para representar o agricultor brasileiro? Será dessa forma que nosso agro-

negócio quer ser visto e respeitado no mundo?” O ex-ministro Ciro Gomes, também pré-candidato ao Palácio do Planalto em 2022, declarou que o governo promove a “simbologia do ódio e da morte em todos os espaços”.

Rodrigo Afonso, diretor-executivo da ONG Ação da Cidadania, em nota disse: “Na ponta daquele rifle retratado na postagem estão os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e os pequenos produtores que lutam dia a dia

pela sua sobrevivência enquanto o agronegócio avança em cima de suas terras, com agrotóxicos e espingardas”.

A Oxfam Brasil, que integra uma rede internacional que atua no combate à pobreza e à desigualdade, afirmou que a publicação da Secom “desrespeita” os trabalhadores rurais. “Não se planta com armas, não se colhe com armas. A imagem mais parece celebrar aqueles semeiam a violência no campo”.

A Secom justificou-se sobre a retirada de publicação. “A imagem utilizada anteriormente, em referência à segurança no campo, deu margem a interpretações fora do contexto”, disse em nota. A imagem utilizada no “card” está disponível em bancos de imagens genéricas e pode ser comprada por R\$ 45 a R\$ 3 mil, a depender do tamanho e da resolução escolhida para download. A fotografia é identificada como “Silhueta de caçador carregando espingarda no ombro e observando”.

Reprodução/Twitter



O “card” no Twitter foi retirado pouco depois da péssima repercussão